

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS E SUA APLICABILIDADE NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

CARDOSO, Karine Vargas ¹
SOUZA, Aline Zambolim de Paula ²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo demonstrar a importância da aplicabilidade dos Princípios Fundamentais de Contabilidade para a boa prática da profissão contábil, pois são a base teórica que guia a profissão contábil e seu uso é de observância obrigatória para o exercício profissional. Há que considerar também sua importância para a tomada de decisões dentro das empresas, uma vez que os princípios contábeis tornam as demonstrações contábeis mais confiáveis e fidedignas às realidades empresariais. Os princípios contábeis são de extrema importância, tendo como objetivo básico uniformizar as demonstrações contábeis. Desse modo, dados foram coletados e foi realizada uma entrevista a fim de verificar a importância da aplicabilidade dos princípios contábeis para a boa prática da profissão. Ao fim da pesquisa, concluiu-se que a aplicação dos princípios contábeis é de suma importância para a boa prática da profissão, embora muitas vezes eles não sejam seguidos pelos empresários, dificultando o trabalho do contador.

PALAVRAS-CHAVE: Princípios contábeis. Aplicabilidade. Exercício da Profissão. Contador. Entidade.

¹ Faculdade Governador Ozanam Coelho.
E-mail: idonadoni@hotmail.com

² Faculdade Governador Ozanam Coelho.
E-mail: aamelia.mg@gmail.com



INTRODUÇÃO

Os problemas econômicos dos anos 30 do século XX – com a quebra da Bolsa de Valores em Nova Iorque, que atingiu toda a economia mundial – fizeram com que aumentasse a importância da utilização dos princípios contábeis nas entidades para fundamentar uma possível uniformização das demonstrações contábeis, proporcionando um melhor entendimento delas aos seus usuários.

A contabilidade é uma das ciências mais antigas da história, tendo ocorrido seu desenvolvimento de acordo com as necessidades de informação da sociedade. Como ciência do patrimônio, tem como objetivo prover aos usuários informações que os orientem a respeito das tomadas de decisões.

A contabilidade tem como base os princípios fundamentais que visam alcançar a uniformidade, ou seja, uma imagem mais próxima da fidelidade demonstrativa do patrimônio. Os princípios contábeis são fundamentais para a normatização contábil, pois constituem o núcleo essencial que guia a profissão na elaboração de suas demonstrações que têm por objetivo principal oferecer informações estruturadas aos seus usuários.

Partindo desse conceito, os princípios são fundamentais para que o profissional possa ter conhecimento eficaz, para proporcionar melhores tomadas de decisões por parte dos usuários, evidenciando sua importância quanto à avaliação, ao registro e à mensuração dos fatos contábeis no processo evolutivo da contabilidade,

pois estes são o arcabouço teórico da disciplina.

Os princípios fundamentais de contabilidade são de uso obrigatório para o exercício profissional contábil e constituem legitimidade as aplicações de normas introduzidas pelos órgãos regulamentadores. Esses são alicerces para a contabilização, pois a fundamentação para realizar os lançamentos contábeis ocorre por meio das normas dos princípios e seu uso correto é fundamental para que as demonstrações sejam fidedignas à realidade empresarial.

Os princípios contábeis são importantes para a prática profissional, porque são as ferramentas que tornam as demonstrações contábeis mais compreensivas aos seus usuários.

REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo demonstra a base da importância dos princípios contábeis e a sua aplicabilidade para a boa prática da profissão contábil.

A contabilidade

No entendimento de Favero et al. (2009), não se pode precisar a época em que se iniciou a contabilidade, contudo acredita-se que ela seja tão antiga quanto a origem do homem. A partir do momento em que o homem passou a possuir bens, houve a consequente necessidade de controlá-los, surgindo, assim, a contabilidade. Ainda, na visão de Favero et al (2009), pela análise da evolução do pensamento contábil, percebe-se que a contabilidade é uma área de conhecimento cuja evolução sempre esteve associada ao desenvolvimento de atividades mercantis, econômicas e sociais.

A contabilidade é a ciência do patrimônio. É social, pois depende da ação do homem para modificar o fenômeno patrimonial. Segundo Iudícibus et al. (2009), a contabilidade consiste em fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física,

de produtividade e social aos usuários internos e externos à entidade.

Iudícibus et al. (2009) consideram ainda que a contabilidade surgiu antes mesmo do advento da escrita, quando o homem da antiguidade começou a se questionar o quanto seu rebanho havia crescido desde o último inverno, se ele havia crescido mais que o de seu vizinho, fato que mostra a preocupação do homem com o número de seu rebanho. A contabilidade também já era descrita na Bíblia no livro de Jó, que era um homem rico e justo de Uz, no Oriente: “E era o seu gado sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas juntas de bois e quinhentos jumentos”.

Porém, de acordo com Yassuda (2004), a contabilidade despertou como ciência somente em 1494, com o primeiro livro publicado contendo dados contábeis, escrito por Frei Luca Pacioli, intitulado de *Summa de Arithmetica, Geometrica, Proportionalila*. Esse livro foi de grande importância, pois, apesar de não ser especificamente de contabilidade (é um livro matemático), nele há uma seção sobre contabilidade, mais especificamente sobre o método das partidas dobradas, que diz que toda equação de débito tem um crédito correspondente, e toda equação de crédito tem um débito correspondente.

Assim, de acordo com Favero et al. (2009, p. 33):

A contabilidade desenvolveu-se de acordo com as necessidades de informação da sociedade. Assim, cada época, à medida que se procurava atender aos usuários, desenvolviam-se novas teorias no sentido de proporcionar condições para o controle do patrimônio e a tomada de decisões.

Segundo Iudícibus (2004, p. 35):

Em termos do entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o “estado da arte” se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional e social das sociedades, em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na

maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações.

Objeto da contabilidade

O objeto delimita o campo de abrangência de uma ciência, tanto nas ciências formais quanto nas factuais, das quais fazem parte as ciências sociais. Na contabilidade, o objeto sempre será o PATRIMÔNIO de uma entidade, definido como conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiro, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente de ter ou não fins lucrativos, no entendimento de Sá (2000).

O objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades, sejam pessoas físicas ou jurídicas, seja esse patrimônio resultante da consolidação de patrimônios de outras entidades distintas ou a subdivisão do patrimônio de uma entidade em parcelas menores que mereçam ser comparadas em suas mutações e variações, segundo Iudícibus et al (2009). Assim, o objeto da contabilidade é acompanhar a evolução qualitativa desse patrimônio. A contabilidade é a ciência que estuda as mutações do patrimônio das entidades, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, e tem como objetivo básico orientar a tomada de decisões de todos os seus potenciais usuários.

Objetivos da Contabilidade

Iudícibus (2004) considera que o ponto de partida para o estudo da teoria de uma ciência social como a contabilidade é estabelecer seus objetivos. A formulação de tais objetivos a partir da observação da realidade transcende os princípios e normas, pois estes, na verdade, fornecem apenas meios conceituais para atingir os objetivos que são o ponto mais alto da estrutura hierárquica da disciplina.

Para Favero et al. (2009), os objetivos representam os motivos pelos quais determinada

atividade é desenvolvida. Para ilustrar tal raciocínio, basta pensar no porquê da existência da medicina, da engenharia, e de todas as outras áreas do conhecimento. A existência dessas áreas está diretamente relacionada a um determinado propósito que objetiva responder as questões oriundas do meio social. Assim como as demais áreas do conhecimento, a contabilidade desenvolveu-se buscando responder aos anseios da sociedade, tendo como objetivo gerar informações para controle e tomada de decisão.

O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o fornecedor de informação estruturada da natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade, no entendimento de Iudícibus et al. (2009).

No tocante à geração de informação, Favero et al. (2009) acreditam que a contabilidade proporciona o registro, a síntese, a análise e a interpretação das transações que ocorrem no patrimônio das pessoas físicas e jurídicas.

De acordo com o Conselho Federal Contabilidade (CFC,1994), a Resolução nº 774, de 16.12.1994, item 1.4, define:

A contabilidade tem por objetivo prover aos usuários com informações sobre aspectos de naturezas econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

A informação contábil é utilizada por uma vasta gama de pessoas e entidades com as mais variadas finalidades, como afirmam Iudícibus et al (2009). São utilizadas pelo governo, bancos, investidores, colaboradores, entre outras entidades.

A contabilidade é a melhor repórter e intérprete do desempenho das entidades, portanto trata-se de uma ciência de função social muito relevante. Porém, para Iudícibus (1997), o objetivo da contabilidade praticamente permaneceu inalterado ao longo dos anos; as

mudanças substanciais verificam-se nos tipos de usuários e nas informações que têm sido demandadas.

O profissional contábil

De acordo com o CFC (2008), “profissional da contabilidade” é a terminologia usada para o Contador (com curso universitário em contabilidade) ou o Técnico em Contabilidade (com o curso técnico do Ensino Médio). Para exercer a profissão contábil, o profissional deve ser aprovado no exame de suficiência e registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade).

Segundo Iudícibus et al. (2009), a profissão contábil é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional. Diante de um leque diversificado de atividades que o contador pode exercer, podemos citar que a tarefa básica seria produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários de contabilidade para a tomada de decisão. O Contador pode ainda trabalhar como analista econômico-financeiro, perito contábil, consultor contábil, professor de contabilidade, pesquisador contábil e trabalhar em cargos públicos e administrativos.

Há alguns anos, o contador era visto como guarda livros, pelo fato de registrar os fatos contábeis em Livros Diários. Porém, hoje, a profissão contábil vai muito além. O perfil do profissional contábil moderno é o de um indivíduo de valor que precisa acumular muitos conhecimentos. O profissional tem que ser tecnicamente inteligente e ter capacidade criativa, ser proativo, ter alta integridade, não pode ter medo de arriscar e nem ser egoísta, ter boa capacidade de comunicação, compreender a sistemática econômico-financeira, política e social, em nível local, regional ou mesmo internacional, e entender os aspectos técnicos dos negócios. Para tal, precisa sempre estar atualizado e procurar estudar a situação da empresa a qual prestará assessoria ou consultoria – sem tais concepções e consciência, o desenvolvimento profissional fica bastante prejudicado, de acordo com (ZANLUCA, 2014).

A contabilidade como instrumento de informação

Segundo Sá (2000), de forma geral, no âmbito dos profissionais e usuários de contabilidade, os objetivos dessa ciência, quando aplicados em uma Entidade particularizada, são identificados como a geração de informações a serem utilizadas por determinados usuários em decisões que buscam a realização de interesses próprios. A precisão das informações demandadas pelos usuários e o próprio desenvolvimento de aplicações praticadas na contabilidade dependerão sempre da observância de seus princípios.

Para Favero et al. (2009), o resultado do processo de geração da contabilidade chega até os usuários através de relatórios contábeis, dentre os quais destacam-se: Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado. Através dessas demonstrações, a contabilidade auxilia seus usuários, que são as pessoas ou as entidades que necessitam da informação contábil para a tomada de decisão, classificando-se em internos e externos. Os usuários internos são aqueles que trabalham na empresa e ocupam qualquer cargo que requer a tomada de decisão, como gerentes, diretores, os encarregados de produção, os chefes de departamento, etc. Os usuários externos são aqueles que não possuem relação de trabalho com a empresa, mas necessitam de informações para a tomada de decisões acerca de tributação, garantia de recebimento, fornecimento de mercadorias, etc. Incluem-se nessa categoria governo, instituições financeiras, fornecedores, sindicatos, acionistas ou quotistas, etc.

Princípios Contábeis

Como toda profissão, a contabilidade não existiria sem embasamento teórico, pois perderia seu foco, porque suas demonstrações contábeis não atenderiam a padrões tanto dos usuários quanto das normas contábeis que têm no Brasil como órgão regulamentador máximo o CFC (Conselho Federal de Contabilidade). Por isso, a importância da existência dos Princípios Contábeis, de acordo com Zanluca (2013).

Os princípios contábeis buscam uniformizar fundamentalmente as bases sobre as quais os eventos serão reconhecidos e mensurados. Representam, ainda no entendimento de Hendriksen e Van Breda (1999), uma base de consolidações fundamentais com a perspectiva de eliminar ou reduzir as variações aleatórias de procedimentos resultantes de ideias divergentes quanto ao papel da contabilidade.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1993), deve-se entender o que o art. 2º da resolução nº 750/93 estabelece: “Os princípios fundamentais de contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à contabilidade no seu sentido mais amplo de Ciência Social, cujo objetivo é o patrimônio das entidades.”

Segundo Iudícibus (2002), os Princípios Fundamentais da Contabilidade são os conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da contabilidade e que consiste em apresentar informação estruturada ao usuário. Já para Lopes de Sá (2000), a palavra “princípios” tem acepções variadas em nosso idioma. No singular, emprega-se com o significado de “origem”, “começo”, “regra a seguir”, “norma”. No plural, tem significado de “elementos”, “rudimentos”, “convicções”. As palavras têm sentidos comuns (de utilização empírica, usual) e têm os que lhes são atribuídos especialmente nas tecnologias, nas ciências e nos casos particulares. Logo, o conceito de Princípios, para fins de uso em contabilidade, tem sentido próprio.

Em 1981, a resolução nº 530 do Conselho

Federal de Contabilidade já disciplinava a questão, mas foi utilizada pela nº 750, de 29 de dezembro de 1993:

Inquestionavelmente, o progresso do conhecimento exige adaptações, e não se pode negar as profundas mudanças que se vêm operando; na realidade, a vontade de uniformização terminológica flui naturalmente quando os conhecimentos adquirem avanços em suas doutrinas. Os anseios pelas fixações de “Princípios” iniciaram-se desde o início do século, quando os informes contábeis passam a ter maior utilização no âmbito social. O que admitir por princípios e quais são eles têm sido os objetivos das entidades de estudos e regulamentação contábeis.

Postulados Contábeis

Favero et al. (2009) consideram que, na literatura brasileira, postulados podem ser conceituados como princípios de fato reconhecido, porém não demonstrado, ou proposição não evidente nem demonstrável, que se admite como princípio de um sistema dedutível, de uma operação lógica ou de um sistema de normas práticas. Na contabilidade brasileira, a categoria de postulados é muito abrangente, pois envolve o ambiente e as condições para se executar a Contabilidade, na qual temos dois postulados: o Postulado da Entidade Contábil e o Postulado da Continuidade.

Para Iudícibus (2004), postulados são uma proposição ou observação de certa realidade que pode ser considerada não sujeita a verificação ou axiomática. Na contabilidade, a categoria de postulados abarca uma área de atração mais ampla do que a própria disciplina e relaciona-se com certos aspectos ambientais que cercam o campo e as condições em que a contabilidade deve atuar. Postulados, todavia, podem ser considerados meras exposições de verdades, mas que, por serem triviais ou não delimitarem o campo dos princípios contábeis subsequentes, deixam de ter utilidade.

Pode-se dizer que os postulados representam o alicerce sobre o qual se desenvolve todo o raciocínio contábil. Assim, verifica-se que os postulados representam para a contabilidade as vigas balizadoras necessárias para o alcance dos objetivos que é a geração de informações para a tomada de decisão. (FAVERO et al., 2009, p. 35).

Princípios contábeis e suas atribuições

A resolução CFC nº 750/1993, atualizada de acordo com o CFC 2010, elenca os seguintes princípios de contabilidade: entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência, prudência e a atualização monetária (revogado pela resolução CFC 1.282/2010).

Entidade

Na concepção de Favero et al. (2009), a entidade na contabilidade é qualquer indivíduo, empresa, grupo de empresas, departamento, etc., desde que desenvolva atividade econômica e que justifique um relatório separado de receitas e despesas com vistas à apuração do resultado. O enfoque do Postulado da entidade é evidenciar e proporcionar aos proprietários de qualquer empreendimento informações suficientes para possibilitar a análise, objetivando verificar se os recursos investidos estão proporcionando o resultado esperado.

“O princípio da entidade, para alguns autores, é considerado um dos postulados ambientais da contabilidade. Esse princípio é o início de todo raciocínio contábil e da estrutura do arcabouço estrutural da disciplina” (IUDÍCIBUS et al., 2009, p. 67).

A Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, estabelece:

Art.4º - O princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da contabilidade e afirma sua autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma

sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único. O Patrimônio pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

Segundo Lopes de Sá (2000), o princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou a uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. O patrimônio não se confunde com aqueles dos sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Desta maneira, o princípio da entidade se baseia na plena distinção e separação entre a pessoa física e a pessoa jurídica, ou seja, o patrimônio da empresa jamais se confunde com o patrimônio de seus sócios. A contabilidade da empresa registra somente os atos e fatos ocorridos que se referem ao patrimônio da empresa. O importante para se caracterizar nesse princípio é que o patrimônio da empresa não se confunde com o patrimônio dos sócios, segundo Zanluca (2013).

Exemplo: A contabilidade de uma empresa não deve se misturar com a dos sócios. Portanto, a empresa deve registrar somente fatos que se refiram a seu patrimônio. Por exemplo, não deve registrar como despesa da empresa a conta de telefone particular do sócio, (ZANLUCA, 2013).

Continuidade

Para Iudícibus (2002), este princípio, também considerado como postulado

ambiental, revela-nos que a empresa deve ser avaliada e escriturada na suposição de que a entidade nunca se extinguirá. As Demonstrações Contábeis são estáticas, não podendo se desvincular dos exercícios passados e subsequentes, e a vida da empresa é continuada até circunstâncias que mostrem o contrário.

A Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, estabelece: “Art. 5º A CONTINUIDADE, ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, deve ser considerada quanto à classificação e avaliação das mutações patrimoniais e qualitativas.”

Tal Princípio complementa-se com o seguinte na mesma resolução:

A CONTINUIDADE influencia o valor econômico do ativo, em muitos casos, o valor ou vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente a qualificação dos componentes patrimoniais formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

Para Sá (2000), tal princípio baseia-se na premissa de que as demonstrações contábeis devem identificar o estado especial pelo qual a empresa passa e, não fazê-lo, é supor-se que a atividade continua normalmente e não tem intenções de paralisar.

Na visão de Fávero et al. (2009), para a contabilidade, a entidade é um organismo vivo que ira operar por um longo (indeterminado), até que surjam fortes evidências que provem o contrário.

O Princípio da Continuidade abarca dois aspectos distintos, mas complementares: a integralidade e a tempestividade, razão pela qual muitos autores preferem denominá-lo de Princípio da UNIVERSALIDADE, segundo Sá (2000).

Exemplo: A contabilidade atua pressupondo que a empresa não será extinta,

portanto terá continuidade e mesmo diante do fim da mesma, do encerramento da continuidade, a contabilidade assume esta postura prevendo seu encerramento e perdas, (ZANLUCA, 2013).

Oportunidade

O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, segundo Iudícibus et al. (2009).

A Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, estabelece:

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e de suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Esse princípio mostra que as variações patrimoniais devem ser registradas imediatamente e de forma integral, independentemente das causas que as originaram, contemplando os aspectos físicos e monetários. A integridade dos registros é fundamental para a análise dos elementos patrimoniais, pois todos os fatos contábeis devem ser registrados, incluindo os das filiais, sucursais e demais dependências da mesma entidade, de acordo com Iudícibus (2002).

Para Sá (2000), o princípio preocupa-se com a matéria relativa ao registro contábil e com as caracterizações precisas das dimensionalidades relativas aos diversos fatos patrimoniais (tempo, causa, finalidade, quantidade, qualidade; só exclui os problemas especiais, omitindo-se quanto a eles).

O Princípio da Oportunidade tem estreita relação com o Princípio da Competência, pois está relacionado ao momento da ocorrência dos fatos. Também se relaciona com o Princípio do Registro Pelo Valor Original, que só se aplica quando há Oportunidade e Objetividade, segundo Iudícibus et al. (2009).

Exemplo: Refere-se ao momento em que devem ser registradas as variações patrimoniais, como as provisões para férias e 13º salários, que são feitas mensalmente mesmo sendo despesas futuras, (ZANLUCA, 2013).

Registro pelo valor original

O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os registros contábeis sejam feitos no momento em que o fato ocorra (tempestividade) e pelo seu valor completo (integralidade). Portanto, este princípio determina que o registro seja feito no momento da transferência de propriedade, através da nota fiscal (oportunidade), e pelo seu valor total (totalidade), na concepção de Sá (2000).

A Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, estabelece:

Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser originados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente da moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser originados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente da moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

Competência

O Princípio da Competência determina que os efeitos de transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente de seu pagamento ou recebimento. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e despesas correlatas, conforme Zanluca (2013).

A Resolução CFC nº 750, de 29 de

dezembro de 1993, estabelece: “Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente, quando se correlacionem, independentemente de recebimento ou pagamento.”

Este princípio complementa a Resolução, definindo:

1 O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição do patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para a classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da Oportunidade.

2 O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequentemente natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

A competência é o princípio que estabelece quando um determinado componente deixará de integrar o patrimônio para transformar-se em um elemento modificador do Patrimônio Líquido. Observa-se que o Princípio da Competência não está relacionado com recebimentos e pagamentos, mas com o reconhecimento das despesas incorridas no período, de acordo com Iudícibus (2004).

Exemplo: Despesas e receitas devem ser contabilizadas quando efetivamente realizadas e não quando pagas ou recebidas. Exemplo: venda a prazo em janeiro para receber em março. Embora não recebida, esta venda é receita de janeiro, mês da venda, (ZANLUCA, 2013).

Prudência

No entendimento de Sá (2000), pode-se dizer que o Princípio da Prudência, sem qualquer dúvida, consagra as reservas ocultas, no acobertamento de riscos de informações contábeis relativas às mutações patrimoniais.

A Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, estabelece:

Art. 10º O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e de maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Tal princípio complementa-se na mesma resolução: “O Princípio da Prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade”.

Na compreensão de Sá (2000), a prudência deve ser observada quando, existindo um ativo ou um passivo já escriturados por determinados valores, havendo formas alternativas de se calcularem novos valores, deve-se optar sempre pelo que for de menor valor que o inicial, no caso dos ativos, e o maior, no caso dos componentes patrimoniais do passivo; porém não se deve levar a excessos, a situações classificáveis como manipulação do resultado, consequente criação de reservas ocultas.

Exemplo: Entre várias alternativas válidas, para as receitas, considere a menor e, para as despesas, o valor maior. Exemplo: Para uma dívida trabalhista, a empresa prevê pagar uma ação entre 2000 e 5000 reais. Então, registra na contabilidade o valor, maior mesmo que exista um pouco mais de chance de pagar um valor menor, (ZANLUCA, 2013).

Atualização Monetária

Este Princípio foi revogado pela Resolução CFC 1.282/2010.

Sá (2000) considera o conceito de que a moeda é instável e que os valores nelas expressos devem ajustar-se a uma atualidade que possa sempre traduzir maior expressividade ou proximidade da realidade.

A Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, estabelece: “Art. 8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da

expressão formal dos valores dos componentes patrimonial.

Tal Resolução complementa-se, dizendo:

Parágrafo único. São resultantes da adoção do princípio de atualização monetária:

1- A moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em ramos do poder aquisitivo.

2- Para que a avaliação do patrimônio possa manter valores de transações originais (art. 7º) é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos valores componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido.

3- A atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de Indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

O Princípio da Atualização Monetária existe em função do fato de que a moeda, embora universalmente aceita como medida de valor, não apresenta unidade constante de poder aquisitivo. Por consequência, sua expressão formal deve ser ajustada a fim de que permaneça substancialmente correta, segundo as transações originais, conforme Sá (2000).

Exemplo: Refere-se ao ajuste dos valores dos componentes patrimoniais. Pela legislação brasileira, a correção só ocorre se no último triênio (3 anos) a inflação acumulada for de 100% ou mais. Exemplo: A inflação dos últimos 3 anos foi de 105%; logo, o valor de estoque, que é 100, passa a ser corrigido para 205 (variou mais 105%) (ZANLUCA, 2013).

A importância dos princípios fundamentais de contabilidade

A importância dos princípios fundamentais de contabilidade vem de seu uso obrigatório para exercício da profissão contábil e constituem a legitimidade das

aplicações das normas contábeis introduzidas pelos órgãos reguladores. Estes são os alicerces para a contabilização, pois a fundamentação para realizar os lançamentos contábeis ocorre por meio das normas dos princípios, e seu uso correto é fundamental para que as demonstrações sejam fidedignas à realidade empresarial, trazendo um valor agregado às demonstrações contábeis pela aplicação dos princípios, segundo Luz (2015).

Favero et al. (2009) consideram que os Princípios Contábeis são de extrema importância, pois são eles que permitirão a uniformidade nos processos de escrituração, apuração dos resultados e apresentação das demonstrações.

Partindo desse conceito, os princípios são fundamentais para que o profissional possa ter conhecimento eficaz, para uma melhor tomada de decisões por parte dos usuários, evidenciando sua importância quanto à avaliação, ao registro e à mensuração dos fatos contábeis no processo evolutivo da contabilidade, segundo Sá (2000).

A aplicabilidade dos princípios contábeis na contabilidade brasileira.

As Normas Brasileiras de Contabilidade versam sobre as especialidades da prática contábil (normas técnicas) e sobre as qualidades e características pessoais do contador (normas profissionais). Tornam aplicáveis os princípios contábeis pela definição de regras e procedimentos de conduta, os quais devem nortear a prática do contador. São editadas pelos CFCs e sua observância é obrigatória no exercício de contabilidade e consultoria no Brasil, segundo Luz (2015).

Os princípios contábeis são de observância obrigatória no exercício da profissão e constituem condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Por exemplo, o princípio de competência, que exige o registro das receitas e despesas no período em que ocorrerem, não pode ser substituído por adoção do regime de caixa, no qual as receitas e as despesas são registradas somente por ocasião de seu pagamento, segundo Zanluca (2013).

Através da aplicação dos Princípios da

Contabilidade, todas as empresas conseguem utilizar padrões que trazem para si a credibilidade de suas demonstrações financeiras, facilitando e tornando transparentes suas ações contábeis. Porém, nem todas fazem o uso dos mesmos. Tal fato ocorre com frequência em empresas de pequeno porte, nas quais, geralmente, a contabilidade é terceirizada, ocorrendo muitas vezes o mau uso dos princípios contábeis, principalmente o da entidade, conforme estabelece Santos (2011).

METODOLOGIA

Classificação da pesquisa

A presente pesquisa foi classificada quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins

Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva e explicativa. Descritiva, pois, segundo Gil (2008), deve descrever as características de determinada população ou fenômeno. Explicativa, pois, segundo Gil (2008), deve identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É a modalidade que mais aprofunda o conhecimento da realidade, uma vez que explica a razão das coisas ou fenômenos.

Quanto aos meios

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica e um estudo de caso.

Segundo Marconi e Lakatos (1992, 42-43),

A pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressas. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas infor-

mações. Ela pode ser considerada como primeiro passo de toda pesquisa científica.

Para Gil (2008), o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita amplo e detalhado conhecimento.

Coleta de dados

A coleta de dados da presente pesquisa foi realizada por meio de consultas específicas referentes ao estudo. Foram coletados dados junto a sites oficiais, livros, artigos científicos, etc. Foi realizada também uma entrevista com a contadora Maria Aparecida de Castro Silveira, da cidade de Ubá (MG), no dia 02 de setembro de 2016, com o objetivo de verificar a importância dos princípios contábeis para a boa prática da contabilidade.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo, encontra-se o resultado da entrevista feita à contadora Maria Aparecida de Castro Silveira, em relação à importância da aplicação dos princípios contábeis para a boa prática da profissão contábil. Trata também dos problemas enfrentados pelos contadores pela falta da aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade por parte dos empresários. Este resultado foi obtido a partir de informações coletadas através de uma entrevista com a contadora em questão.

Inicialmente, foi elaborado todo o material teórico sobre o assunto.

Na entrevista, foi possível perceber o grau de conhecimento da entrevistada e a necessidade real da aplicação dos princípios contábeis para a boa prática da profissão.

Resultado da entrevista

A presente pesquisa foi elaborada com a colaboração da contadora Maria Aparecida

de Castro Silveira, que possui um escritório prestador de serviços contábeis na cidade de Ubá/MG.

Primeiramente, foi perguntado à contadora qual era a sua opinião em relação à importância dos princípios fundamentais de contabilidade para a boa prática da profissão. Ela respondeu que, se os princípios contábeis não existissem, cada entidade poderia adotar forma própria de registrar os fatos contábeis, deixando de atribuir às entidades a confiabilidade, a tempestividade, a compreensibilidade e a comparabilidade.

Indagada sobre como verificava a aplicação dos princípios contábeis em sua carreira profissional, a contadora relatou que, para exercer a profissão contábil, os contadores lutam constantemente com os empresários para que eles entendam e apliquem os princípios da contabilidade na gerência de suas empresas. Para ela, o mais difícil é fazer com que os empresários entendam o princípio da entidade.

Quando solicitada a identificar, dentre os tipos de tributações existentes na contabilidade brasileira, quais empresas mais ferem a prática dos princípios contábeis, tomando como base seus clientes, ela respondeu que as tributações existentes na contabilidade brasileira não ferem a prática dos princípios contábeis – o que fere a prática dos princípios contábeis são as empresas que não aplicam os princípios, e isso existe em relação a todos os tipos de tributações brasileiras.

Sobre os princípios contábeis menos aplicados, ela informou que o mais difícil é fazer com que o empresário compreenda o princípio da entidade – o que significa não confundir o patrimônio da empresa com o dos sócios.

Foi perguntado como é, para o profissional contábil, trabalhar com a falta da aplicabilidade dos princípios contábeis nas empresas, uma vez que eles são a base teórica que guia a profissão. Ela respondeu que, para tentar aplicar os princípios contábeis, o contador de hoje precisa não só preencher guias, mas também ir a campo e instruir seus clientes, pois, depois que os documentos chegam até o profissional, já não

há mais nada a se fazer.

Quando questionada sobre os reflexos da não aplicabilidade dos princípios contábeis para o profissional contábil e para as demonstrações contábeis, ela respondeu que tal fato ocasiona muita dificuldade para os contadores ao exercerem a profissão.

Ainda foi perguntado se, na contabilidade, existe uma fiscalização direta dos órgãos regulamentadores da profissão no que diz respeito à não aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade. Ela disse que essa fiscalização existe, uma vez que os princípios são de uso obrigatório para o exercício da profissão.

Por fim, foi questionado à contadora, de forma geral, o que ela acha que pode ser feito para que os princípios contábeis sejam realmente seguidos, tanto pelos empresários quanto pelos contadores. Ela respondeu que, a seu ver, todo empresário deveria ter conhecimentos a respeito dos princípios contábeis, porque a maioria acha que os contadores são somente funcionários do governo e só preenchem guias. Na verdade, a maioria dos contadores tenta trabalhar de acordo com o que rege a legislação.

CONCLUSÃO

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo e teve seu desenvolvimento de acordo com as necessidades de informações de cada época. Ciência social que estuda o patrimônio e suas modificações, tem como objetivo estabelecido o fornecimento de informações estruturais de natureza econômica, financeira e social, para que seus usuários se orientem a respeito das tomadas de decisões. Sendo assim, é um instrumento de informação.

Nas condições em que a presente pesquisa se encontra, foi comprovada a importância da aplicabilidade dos Princípios Fundamentais de Contabilidade para a boa prática da profissão contábil.

Os princípios contábeis são a base teórica que guia a profissão, que visa alcançar a

uniformidade das demonstrações, ou seja, uma imagem mais próxima da realidade demonstrativa. São fundamentais para que o profissional possa ter conhecimento eficaz para promover melhores tomadas de decisões por parte de seus usuários, evidenciando sua importância quanto à avaliação, aos registros e à mensuração dos fatos e atos contábeis.

Os princípios contábeis vigentes hoje no Brasil, definidos pela Resolução CFC nº 750/1993, atualizada de acordo com o CFC 2010, são: entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência, prudência e atualização monetária (revogado pela resolução CFC 1.282/2010).

O princípio contábil da entidade é considerado um postulado que dita que o patrimônio da empresa não se confunde com o de seus sócios. O princípio da continuidade, também considerado um postulado, resume-se a dizer que a vida das empresas é continuada até que circunstâncias provem o contrário. O princípio da oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. O princípio contábil do registro pelo valor original determina que os registros sejam feitos no momento em que ocorrem e pelo seu valor original. O princípio da competência estabelece que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos no período a que se referem, independentemente de seu pagamento ou recebimento. O princípio da prudência determina a adoção do menor valor para componentes do ativo e de maior para os componentes do passivo. E, por último, o princípio da atualização monetária, já revogado, considera que o conceito da moeda é instável e que os valores nelas expressos devem ajustar-se ao da atualidade.

No Brasil, os princípios contábeis são de observância obrigatória no exercício da profissão e constituem condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Após os resultados obtidos através

da coleta de dados e da entrevista realizada, não se esgotando o assunto, percebe-se que a aplicabilidade dos Princípios Fundamentais de Contabilidade em sua totalidade é de extrema importância para a boa prática da profissão contábil. São de muita relevância para o desenvolvimento de demonstrações eficazes e fidedignas à realidade empresarial, que sejam compreensivas por seus usuários, proporcionando-lhes informações que os auxiliem nas tomadas de decisões, visto que as demonstrações adquirem certa uniformidade, uma imagem mais próxima da fidelidade demonstrativa do patrimônio, com base nas normas intituladas pelos órgãos fiscalizadores da profissão.

Portanto, a aplicabilidade dos princípios contábeis é importante para a boa prática da profissão contábil, pois, por meio deles, os contadores conseguem emitir demonstrações confiáveis e de acordo com o que a legislação exige, além de serem essenciais para a tomada de decisões nas empresas, pois fazem com que demonstrações contábeis se tornem mais confiáveis em relação à realidade demonstrativa.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Legislação da profissão contábil. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/11/legislacao.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. Resolução nº 750/1993 Princípios e normas brasileiras de contabilidade. Brasília: CFC, 2013. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/Confirmacao.aspx>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. Contabilidade: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. Teoria da contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio. Teoria da contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. Introdução à teoria da contabilidade. 3. ed. São

Paulo: Atlas, 2002.

_____. Teoria da contabilidade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. et al. Introdução à teoria da contabilidade para nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LUZ, Erico Eleutério. Teoria da contabilidade. 1. ed. São Paulo: Intersaberes, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, M. E. Metodologia do trabalho científico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

SÁ, Antônio Lopes. Princípios fundamentais de contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. _____. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Gonçalves Paula. Aplicação dos princípios contábeis na Empresa EPN. Belo Horizonte: UCMG, 2011. 19 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

YASSUDA, Ricardo Yashinobu. Estudo da história de contabilidade do paleolítico superior a doutrina neopatrimonialista: a evolução do pensamento científico e filosófico da contabilidade. São Paulo: FIAET, 2004. 32 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdade Integrada Antônio Eufrásio Toledo, São Paulo, 2004.

ZANLUCA, Júlio Cezar. O contador. Disponível em: <<http://www.poraldacontabilidade.com.br>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. Os princípios fundamentais de contabilidade. Disponível em: <<http://www.poraldacontabilidade.com.br>>. Acesso em: 25 mar. 2016.